

# Estudo Técnico Preliminar 45/2023

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 48340.002677/2023-52

## 2. Objeto

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de desinsetização, desratização, descupinização, combate a escorpiões e demais pragas urbanas, de forma parcelada, **por demanda, em 30 (trinta) aplicações, sendo 6 (seis) anuais**, de forma bimestral, com fornecimento de mão de obra e de todo o material necessário, a serem executados no Bloco “U” da Esplanada dos Ministérios, em Brasília/DF, sede dos Ministérios de Minas e Energia, e do Turismo, com uma área física por volta de 26.417,58 m², distribuído por 12(doze) pavimentos, sendo 10 (dez) acima e 2(dois) abaixo do solo e mais a área de Garagem, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos

O serviço que ora se pretende contratar se enquadra como serviço comum em razão dos seus padrões de desempenho e qualidade ser facilmente e objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado em conformidade com o artigo 15, Seção VI, Subseção II da IN SLTI nº 5/2017

Em assim sendo por se tratar de serviço comum, a licitação será realizada, preferencialmente, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

O prazo de vigência da contratação é de **60 (sessenta) meses** contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021

## 3. Descrição da necessidade

O Bloco “U” da Esplanada dos Ministérios, sede dos Ministérios de Minas e Energia, e do Turismo, em Brasília/DF, apresenta uma área física por volta de 26.417,58 m², distribuído por 12 (doze) pavimentos, sendo 10(dez) acima e 2 (dois) abaixo do solo portanto sujeito a infestações de pragas, roedores, baratas, traças, cupins, escorpiões, que podem ocasionar malefícios a saúde dos servidores e prestadores de serviços e ainda ao patrimônio público

A contratação de uma empresa especializada decorre do fato de que o serviço precisa ser executado por pessoa jurídica licenciada pelos órgãos competentes da saúde e do meio ambiente, para prestar serviços de controle de vetores e pragas urbanas e ser executado por profissional devidamente habilitado .

## 4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação Geral de Recursos logísticos	Andrea Cristina Andrade Santos Carvalho
Coordenação de Atividades Gerais	Alvanir da Silva Carvalho

## 5. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

O presente Estudo Técnico Preliminar tem como objetivo a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de desinsetização, desratização, descupinização, combate a escorpiões e demais pragas urbanas, de forma parcelada, **por demanda, em 30 (trinta) aplicações, sendo 6 (seis) anuais**, de forma bimestral, com fornecimento de mão de obra e de todo o material necessário.

#### **Sustentabilidade:**

Em harmonia com os princípios gerais elencados no artigo 5º da lei 14.133 de 1º de abril de 2021 em especial ao que se refere ao desenvolvimento nacional sustentável a presente contratação está em perfeita consonância com o plano de logística sustentável (PLS) do MME a medida que contempla ações voltadas para a promoção da racionalização e do consumo consciente de bens e serviços além de prever política de sustentabilidade e de fomento ao descarte ambientalmente correto de resíduos sólidos e treinamento voltado a mitigação do consumo de energia elétrica e de água ;

Por oportuno a contratada deverá respeitar a legislação vigente e observar as boas práticas e técnicas ambientalmente recomendadas atendendo ao disposto na Resolução RDC ANVISA nº 622 de 09 de março de 2022 , destacando-se a observância as diretrizes, definições e condições gerais para o funcionamento das empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas, visando ao cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e segurança do serviço prestado e minimizar o impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes e desinfetantes sendo unicamente responsabilidade da prestadora de serviço responder em seu próprio nome perante os órgãos fiscalizadores;

Para a perfeita execução dos trabalhos a licitante vencedora deverá fornecer aos empregados e a equipe responsável pela fiscalização todos os EPIS necessários para a execução e acompanhamento dos serviços.

A contratada obrigará-se a realizar treinamento -para os empregados contratados- cujo tema deverá abranger a aplicação correta dos produtos , redução de consumo de energia elétrica e de água além da mitigação de produção de resíduos sólidos, e descarte correto dos resíduos sólidos gerados observadas as normas ambientais vigentes em consonância com as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

A contratada deverá ainda observar o que estabelece o Guia Nacional de contratações Sustentáveis da AGU /2023 , em assim sendo:

- A empresa especializada somente pode funcionar depois de devidamente licenciada junto à autoridade sanitária e ambiental competente.
- A empresa instalada em cidade que não possua autoridade sanitária e ambiental competente municipal está obrigada a solicitar licença junto à autoridade sanitária e ambiental competente regional, estadual ou distrital a que o município pertença.
- A contratação de prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas somente pode ser efetuada com empresa especializada.
- Para a prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas somente podem ser utilizados os produtos saneantes desinfetantes de venda restrita a empresas especializadas, ou de venda livre, devidamente registrados na Anvisa.
- A empresa especializada deve ter um responsável técnico devidamente habilitado para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas, devendo apresentar o registro deste profissional junto ao respectivo conselho.
- A empresa especializada deve possuir registro junto ao conselho profissional do seu responsável técnico.
- Nenhum saneante domissanitário, inclusive os importados, poderá ser industrializado, exposto à venda ou entregue ao consumo antes de registrado no Ministério da Saúde/ANVISA

No que se refere à logística reversa a contratada vencedora deverá efetuar o recolhimento das embalagens vazias e respectivas tampas dos produtos usados para fins de destinação final ambientalmente adequada, a cargo das empresas titulares do registro, produtoras e comercializadoras, ou de posto de recebimento ou centro de recolhimento licenciado e credenciado, observadas as instruções constantes dos rótulos e das bulas, conforme artigo 33, inciso I, da Lei nº 12.305, de 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS), artigo 53 do Decreto nº 4.074, de 2002, e legislação correlata .Em assim sendo a empresa :

- a) a empresa especializada na prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas deve retornar as embalagens vazias ao seu estabelecimento operacional logo após o seu uso, para inutilização e descarte.
- b) o destino final das embalagens dos produtos saneantes desinfetantes de uso restrito a empresas especializadas é de responsabilidade do seu respectivo fabricante/ importador.

c) a empresa especializada fica obrigada a devolver as embalagens, no prazo máximo de um ano da data de compra dos respectivos produtos, aos estabelecimentos onde foram adquiridas, ou em postos ou centrais de recebimento por eles conveniados e previamente licenciados pelo órgão estadual competente.

c.1) caso essa devolução não ocorra, a responsabilidade pelo destino final passa a ser da empresa especializada que deve guardar os comprovantes da referida destinação

c.2) o estabelecimento que as receber deve fornecer à empresa especializada documento comprobatório de recebimento das embalagens.

- A empresa especializada fica obrigada a inutilizar as embalagens dos produtos saneantes desinfetantes antes de sua devolução aos estabelecimentos onde foram adquiridas, ou em postos ou centrais de recebimento por eles conveniados.
- As embalagens laváveis dos produtos saneantes desinfetantes devem ser submetidas à tríplice lavagem antes de sua devolução, devendo a água ser aproveitada para o preparo de calda ou inativada, conforme instruções contidas na rotulagem ou por orientação técnica do fabricante do produto e do órgão competente.
- As embalagens vazias de produtos que não apresentam solubilidade em água não devem passar por tríplice lavagem, devendo a empresa especializada seguir as orientações do fabricante e as legislações vigentes.
- A empresa especializada deve fornecer ao cliente o comprovante de execução de serviço contendo, no mínimo, as informações exigidas no art. 20 da RDC Nº 622, DE 9 DE MARÇO DE 2022

#### **Legislação Aplicável:**

- Lei federal nº 6.360, de 1976 (Dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências.)

- Decreto nº 8.077, de 2013 (Regulamenta as condições para o funcionamento de empresas sujeitas ao licenciamento sanitário, e o registro, controle e monitoramento, no âmbito da vigilância sanitária, dos produtos de que trata a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências)

- RDC ANVISA nº RDC Nº 622, DE 9 DE MARÇO DE 2022 (Dispõe sobre o funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas e dá outras providências)

- RDC ANVISA nº 16, de 1º de abril de 2014 (Dispõe sobre Autorização de Funcionamento (AFE) e Autorização Especial (AE) de Empresas) - Instrução Normativa Ibama nº 141, de 19 de dezembro de 2006 – art. 5º e 9º (Regulamenta o controle e o manejo ambiental da fauna sinantrópica nociva.) - Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos)

- Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

-lei 14.133 de 1º de abril de 2021

-Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG no que couber

-decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012 - no que couber

#### **Subcontratação**

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **Garantia da contratação**

Não haverá exigência de garantia contratual da execução, em razão dos serviços prestados serem de pequena monta, **por demanda** e não exigem uma mobilização anterior por parte da licitante para que se possa prestá-lo;

Ademais a não prestação de serviços por parte do licitante não acarretará em sérios prejuízos para a Administração, haja vista que a natureza dos serviços prestados não exigem grande complexidade e a contratação ser de baixo valor e por prazo reduzido

#### **Vistoria**

A avaliação prévia do local de execução dos serviços é recomendável para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9:00 horas às 17:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (61) 2032-5503

Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

A vistoria poderá ser comprovada por Atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, ou Declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local do evento, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, ou caso opte por não realizá-la, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras com este órgão.

Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

#### **O contrato terá a duração de 60 (sessenta) meses**

Não haverá a eventual necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas;

Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço;

As obrigações da Contratada e Contratante serão previstas no TR.

## **6. Levantamento de Mercado**

A natureza do serviço a ser contratado é definida como serviço comum, pois é possível estabelecer, por intermédio das especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto, tornando possível a decisão entre os serviços ofertados pelos participantes com base no menor preço.

Assim, para a elaboração do presente documento, a equipe de planejamento da contratação analisou editais de prestações de serviços similares por outros órgãos e entidades, com o objetivo de identificar a vantajosidade da contratação, a qual foi plenamente constatada.

Desta feita observa-se que existem variados concorrentes do ramo capazes de fornecer o objeto contratual pretendido.

Isto posto, foi realizada pesquisa no âmbito de pregões e contratações públicas por meio do site Painel de Preços e Compras Governamentais onde se restou como solução utilizada a prestação de serviços especializados na prestação de serviço de dedetização, **por empresa privada**.

Foram analisadas as contratações anteriores realizadas por este órgão, bem como as similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consulta a outros editais, com o objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração o que levou a constatação que os outros órgãos e entidades contratam pessoa jurídica para prestação do serviço de controle de pragas, tendo em vista que tal mercado possui um grande número de fornecedores, garantindo assim, o caráter competitivo do certame.

Os bens e serviços objeto da contratação estão dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes do Catálogo Unificado de Materiais - CATMAT e de Serviços - CATSER do SIASG.

## 7. Descrição da solução como um todo

### Rotinas a serem cumpridas

A prestação de serviço terá início imediatamente após a assinatura do contrato, devendo os serviços ser solicitados exclusivamente por representante da Administração do MME por meio de Ordem de Serviço enviada via correio eletrônico, e sua execução deverá ser efetivada por profissional qualificado.

Para o acompanhamento e fiscalização do contrato, deverão ser observadas as disposições contidas na IN nº 5, de 26 de maio de 2017.

Caberá ao fiscal do contrato, dentre outras atribuições, determinar providências necessárias ao regular e efetivo cumprimento do contrato, bem como anotar e enquadrar as infrações contratuais constatadas, comunicando as mesmas ao seu superior hierárquico.

Não obstante a empresa seja a única e exclusiva responsável pela execução do objeto contratado, ao MME reserva-se o direito de, sem qualquer forma de restrição à plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços.

As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas ao seu gestor, em tempo hábil para a adoção das medidas que se fizerem necessária.

Administração, devidamente representada na forma deste item, rejeitará, no todo, ou em parte, o objeto contratado, sem ônus para o Ministério de Minas e Energia - MME, se executados em desacordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência e seus encartes.

A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da licitante vencedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do MME ou de seus agentes e prepostos.

A contratada deverá registrar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no Conselho Regional competente, a cada serviço realizado, indicando os responsáveis técnicos pela sua execução, devendo o comprovante ser apresentado a fiscalização do contrato junto com a respectiva nota fiscal.

### Local e horário da prestação dos serviços

O local para prestação do serviço será no Bloco "U" da Esplanada dos Ministérios, Brasília/DF. Telefones para contato: (61) 2032-5503, (61) 2032-5250 e (61) 2032-5912.

Havendo mudança de endereço de qualquer unidade do Contratante atendida por este contrato, dentro da Região do Plano Piloto de Brasília, a Contratada se obriga a manter o atendimento sem qualquer ônus adicional, para atendimento das demandas de acordo com a necessidade do MME;

Os serviços poderão ser executados em dias úteis (de segunda a sexta-feira no horário das: 08h00min às 17h00min), nos casos de aplicação de GEL em áreas internas ou na aplicação de outro produto que não requeira o afastamento do empregado, colaborador ou do visitante no momento da aplicação.

Nos ambientes internos, a empresa deverá, sempre que tecnicamente for possível, aplicar gel inodoro e transparente, de forma a evitar danos ao patrimônio.

Caso seja necessária a aplicação de outros produtos, que necessitem afastamento de empregados e público em geral, o serviço deverá ser realizado em data previamente agendada, a critério da Contratante, incluindo o horário das 08h00min às 17h00min horas aos SÁBADOS.

### A execução do objeto seguirá a seguinte metodologia:

Os serviços de desinsetização, desratização, descupinização, combate a escorpiões e demais pragas urbanas, a ser realizado no Bloco "U" da Esplanada dos Ministérios, em Brasília/DF, sede dos Ministérios de Minas e Energia, e do Turismo, (áreas internas e externas), com fornecimento de material, ferramentas, utensílios e equipamentos, serão realizados em todos os ambientes do prédio, tais como:

Áreas de escritório e salas;

Áreas de circulação;

Áreas das copas;

Áreas dos banheiros/sanitários e ralos;

Áreas de poços dos elevadores;

Áreas da casa das máquinas;

Áreas de depósitos;

Áreas de arquivos;

Áreas dos auditórios;

Áreas da biblioteca;

Áreas dos terraços;

Áreas dos pontos de limpeza interna e externa das caixas de esgotos, gorduras, lixeiras;

Áreas das escadas comuns e de emergências do prédio;

Áreas dos Grupos Geradores;

Áreas da garagem e salas de manutenção;

Áreas de grelhas.

**Metragem total para receber as aplicações, quantidade por ano e durante a vigência do contrato (5 anos/60 meses)**

Área Externas e Internas: 26.417,58 m<sup>2</sup>;

Serão realizadas 6 (seis) aplicações por ano, de forma bimestral, assim a contratação perfaz um total de:

Área Externas e Internas: **158.505,48 m<sup>2</sup>** (26.417,58 m<sup>2</sup> x 6);

**Vigência do contrato: 5 anos x 158.505,48 m<sup>2</sup> = 792.527,40 m<sup>2</sup>**

**Metodologia**

A empresa deverá pulverizar com inseticidas específicos todos os ralos, galerias de esgoto, bueiros, caixas de gordura, por trás de cortinas e painéis, por trás e embaixo de móveis, dentro de prateleiras, estantes, livros, gavetas, vasos de plantas, mesas, portais, rodapés, caixas de luz, lixeiras, sanitários, armários, almoxarifado, garagem, copas, PCs, segundo subsolo, arquivos de documentos inativos, casas de máquinas, cubículos do terraço do prédio, poços dos elevadores e outros locais que o MME determinar, a fim de eliminar as baratas grandes (originadas de esgotos), insetos, aracnídeos, escorpiões, artrópodes, ratos e outras pragas, com uso de tecnologia ambiental e com produtos inócuos ao organismo humano sem efeitos residuais ao meio ambiente, ou seja, produtos domissanitários e uso profissional para o controle de pragas urbanas;

Os serviços serão prestados, sob demanda, mediante Ordem de Serviço, de acordo com o levantamento realizado, no total de 30 (trinta) aplicações pelo período da vigência contratual de 5 anos/60 meses, devendo atender integralmente às necessidades do Contratante;

Os serviços serão executados nos finais de semana ou feriados, em datas e horários estipulados pelo Contratante de forma a não prejudicar a rotina normal da Administração;

Nos meses em que não ocorrerem aplicações, a empresa deve manter o controle de vetores e pragas urbanas realizando uma visita mensal de controle nas dependências da Contratada, quando solicitado para reforço.

**Das características/especificações dos produtos químicos**

Os produtos a serem usados devem ser incolores, inodoros e inofensivos a saúde humana e a plantas; eficazes no combate e extermínio de baratas, escorpiões, ratos, insetos rasteiros e demais pragas nas áreas internas e externas do edifício sede dos Ministérios de Minas e Energia e Turismo em Brasília/DF;

Tornarem-se inodoro após (noventa) minutos da aplicação;

Estarem compreendidos dentre aqueles permitidos pela Resolução - RDC Nº 10, de 9 de março de 2010 – ANVISA e, atender ainda, Portaria nº. 321, de 28 de julho de 1997 – ANVISA;

Os produtos químicos domissanitários, utilizados na execução dos serviços deverão estar devidamente registrados e liberados pelo Ministério da Saúde e Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, conforme estabelece Resolução Normativa – RDC nº 52, de 22 de outubro de 2009, publicado no D.O.U. de 26/10/2009 e demais normas vigentes. Serão exigidos produtos químicos com embalagens fechadas e lacradas, para abertura na presença de responsável pelo acompanhamento dos serviços;

Obedecer aos parâmetros estabelecidos na Portaria n 10/85-MS/SNVS (atualizada), na Lei 6.360/76, RDC de n 184/01-ANVISA, RDC de n 34/2010-ANVISA, RDC de n 339/05-ANVISA, Portaria DISAD 10/80, Portaria n 09/MS/SNVS/87, RDC de n 29/10-ANVISA, RDC de n 30/11-ANVISA e demais normas vigentes;

Os produtos aplicados deverão ter seus efeitos garantidos pelo prazo mínimo de 03 (três) meses e serem aprovados pelos órgãos controladores do Governo;

Contratada deverá apresentar a FISPQ (Ficha de Informações de Segurança de Produto Químico) dos produtos que serão utilizados na execução dos serviços, contendo no mínimo as seguintes informações:

nome do cliente;

endereço do cliente;

praga(s) alvo;

grupo(s) químico(s) do(s) produto(s) utilizado(s);

nome e concentração do uso do princípio ativo e quantidade do produto aplicado na área;

nome do responsável técnico com o número do seu registro no Conselho correspondente, conforme dispõe a RDC nº. 18, de 29 de fevereiro de 2000-ANVISA.

## **Dos procedimentos e métodos para a realização dos serviços**

### **Desinsetização**

O serviço de controle de insetos consiste em aplicação (pulverização) de cada inseticida nos ralos sanitários, rodapés e sistema de esgoto sanitário, utilizando produtos (de quarta geração) sintético orgânico (piretróide), composto de mais rápida ação na interferência da transmissão do impulso nervoso dos insetos, sem provocar odor e de baixo teor de toxicidade aos seres humanos por ser protegida por microcápsulas. Este processo tem como objetivo o controle de baratas (periplaneta americana);

Aplicação de inseticida gel, nos armários, eletros e locais onde não é recomendado o processo convencional (pulverização), utilizando como princípio ativo “Sulfluramida”, tendo como alvo principal as baratas blastellas germânicas;

Deverá ser adotada a utilização de pulverizador para combate a formigas, escorpiões, aranhas e larvas de mosquitos.

### **Desratização**

As aplicações deverão ser efetuadas em todas as áreas internas e externas, onde se denuncie a presença dos roedores;

Deverão ser utilizadas iscas parafinadas e granuladas de pronto uso e pó de contato somente nas tocas de jardins;

O material a ser utilizado na isca deverá ser do grupo dos anticoagulantes e registrados no Ministério da Saúde;

O material a ser utilizado na isca deverá ser eficaz, possuir um poder fulminante, com características de matar os roedores, não permitindo, assim, a circulação de ratos envenenados, bem como não permitir que os ratos, depois de mortos, vão à putrefação, exalando mau cheiro e venham a causar entupimentos nas tubulações.

### **Descupinização**

Tratamento localizado através de pulverização por alta pressão de calda inseticida em todas as áreas afetadas pelos cupins, utilizando como princípio ativo a molécula “fipronil”. Deve-se utilizar material de alta potência em baixas doses, sem repelência, com baixo odor e baixo impacto ambiental.

### **Materiais a serem disponibilizados**

Para a perfeita execução dos serviços a contratada Deverá disponibilizar Máquina costal, bico de jato dirigido, direcionada a pequenos orifícios e frestas, profissionais especializados, devidamente trajados, identificados e equipados com proteção individual (EPI's) adequados às atividades desenvolvidas, e veículos adequados para transporte dos produtos;

Deverá ainda ser disponibilizado equipamentos EPI adequados e nas quantidades necessárias para que a fiscalização contratual possa acompanhar o desempenho dos serviços .

**Especificação da garantia do serviço** (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

### **Das características/especificações dos produtos químicos**

Os produtos a serem usados devem ser incolores, inodoros e inofensivos a saúde humana e a plantas; eficazes no combate e extermínio de baratas, escorpiões, ratos, insetos rasteiros e demais pragas nas áreas internas e externas do edifício sede dos Ministérios de Minas e Energia e Turismo em Brasília/DF;

Tornarem-se inodoro após (noventa) minutos da aplicação;

Estarem compreendidos dentre aqueles permitidos pela Resolução - RDC Nº 10, de 9 de março de 2010 – ANVISA e, atender ainda, Portaria nº. 321, de 28 de julho de 1997 – ANVISA;

Os produtos químicos domissanitários, utilizados na execução dos serviços deverão estar devidamente registrados e liberados pelo Ministério da Saúde e Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, conforme estabelece Resolução Normativa – RDC nº 52, de 22 de outubro de 2009, publicado no D.O.U. de 26/10/2009 e demais normas vigentes.

Serão exigidos produtos químicos com embalagens fechadas e lacradas, para abertura na presença de responsável pelo acompanhamento dos serviços;

Obedecer aos parâmetros estabelecidos na Portaria n 10/85-MS/SNVS (atualizada), na Lei 6.360/76, RDC de n 184/01-ANVISA, RDC de n 34/2010-ANVISA, RDC de n 339/05-ANVISA, Portaria DISAD 10/80, Portaria n 09/MS/SNVS/87, RDC de n 29/10-ANVISA, RDC de n 30/11-ANVISA e demais normas vigentes;

Os produtos aplicados deverão ter seus efeitos garantidos pelo **prazo mínimo de 03 (três) meses** e serem aprovados pelos órgãos controladores do Governo;

Contratada deverá apresentar a FISPQ (Ficha de Informações de Segurança de Produto Químico) dos produtos que serão utilizados na execução dos serviços, contendo no mínimo as seguintes informações:

- nome do cliente
- endereço do cliente
- praga(s) alvo
- grupo(s) químico(s) do(s) produto(s) utilizado(s) nome e concentração do uso do princípio ativo e quantidade do produto aplicado na área nome do responsável técnico com o número do seu registro no Conselho correspondente, conforme dispõe a RDC nº. 18, de 29 de fevereiro de 2000-ANVISA.

## **8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

As quantidades estimadas foram apresentadas no Documento de Formalização da Demanda.

Conforme apresentado, a metodologia utilizada para estimar a quantidade a contratação foi baseada nas contratações anteriores e no levantamento histórico da demanda, conforme transcrito a seguir:

A metragem total para receber as aplicações e a quantidade por ano corresponde a Área externas e internas: 26.417,58 m², sendo que serão realizadas 6 (seis) aplicações por ano, de forma bimestral, assim, a contratação perfaz um total de **158.505,48 m²** (26.417,58 m² x 6) anual



No decorrer de toda vigência contratual (60 meses) serão realizadas 30 aplicações de forma bimestral.

Item	Descrição dos serviços	Unidade de Medida	periodicidade	quantidade anual	Quant total 60 meses
01	Prestação de serviços de desinsetização, desratização, descupinização, combate a escorpiões e demais pragas urbanas, com fornecimento de materiais, a ser realizado no Bloco "U" da Esplanada dos Ministérios, em Brasília/DF, sede dos Ministérios de Minas e Energia, e do Turismo, com uma área física por volta de 26.417,58 m², distribuído por 12 (doze) pavimentos, sendo 10(dez) acima e 2(dois) abaixo do solo e mais a área de Garagem.	Aplicação	Bimestral	6	30

## 9. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 82.610,00

Considerando o Art. 6º da IN nº 65/2021, foi utilizado como método para obtenção do preço estimado, a média aritmética dos valores obtidos em pesquisa de preços, sobre um conjunto de três preços, desconsiderando de valores inexequíveis, inconsistentes e excessivamente elevados, para estabelecer um preço de referência condizente com o praticado no mercado.

Para obtenção do valor estimado da contratação foi levado em conta a vigência contratual de 60 meses perfazendo um total de 30 aplicações

Em assim sendo com base nas pesquisas efetuadas juntamente aos fornecedores privados obteve-se o valor médio aceitável para a execução contratual no montante de R\$ 82.610,00 ( oitenta e dois mil,seiscentos e dez reais).

Descrição dos serviços	Prestador de serviço privado valor por aplicação unitária			Valor médio unitario	Valor Médio Total
	Centro oeste R\$	Imune R\$	Serprag R\$		
30 APLICAÇÕES					
Prestação de serviços de desinsetização, desratização, descupinização, combate a escorpiões e demais pragas urbanas, com fornecimento de materiais, conformidade com o disposto no termo de referência e seus anexos.	2.980,00	3.481,00	1.800,00	2.753,67	82.610,00

## 10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

De acordo com o artigo 47, da lei 14.133 de 1 de abril de 2021, as licitações de serviços atenderão aos princípios:

*I - da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;*

*II - do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.*

§ 1º Na aplicação do princípio do parcelamento deverão ser considerados:

*I - a responsabilidade técnica;*

*II - o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens;*

*III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.*

Por seu turno o SÚMULA TCU 247 assim determina :

*É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.*

Vale ponderar que embora o parcelamento nas contratações de serviços públicos seja a regra, comporta exceções. Nesse contexto, a Administração detém competência discricionária para decidir em quais hipóteses irá dividir ou reunir o objeto, perpassando pela viabilidade técnica e econômica sempre com vistas a atender o interesse público envolvido na contratação.

Nesse contexto, vale reforçar que a análise perpassa pela análise técnica e econômica em assim sendo a foi promovida a devida avaliação quanto a divisibilidade, levando-se em consideração o mercado fornecedor, a viabilidade técnica e econômica, a inexistência de perda de escala e o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade (item 3.8,b do anexo III da IN SEGES/MPDG IN 05 , de 2017)

Nesse passo para a pretensa aquisição foi evidenciado que a contratação de forma parcelada ,elevava o número de procedimentos para a contratação, onerando o trabalho da administração publica , sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, colocando em risco a economia em escala e a celeridade processual e comprometendo a seleção da proposta mais vantajosa para a administração

Noutro giro o parcelamento da solução, no caso concreto, poderá ocasionar contratação de várias empresas, podendo comprometer o funcionamento do serviço desejado. Isso pode levar a dificuldades na execução satisfatória do contrato. Além disso, é importante considerar a centralização da responsabilidade em uma única empresa contratada. Isso facilita o acompanhamento de problemas, identificação de causas e atribuição de responsabilidade, aumentando o controle sobre a execução do projeto licitado.

Dentre outros riscos o parcelamento poderá:

- 1 ensejar diferenciação de qualidade entre os serviços fornecidos por licitantes diferentes, prejudicando a aferição quanto à qualidade mínima na execução dos serviços de acordo com os padrões existentes;
- 2 implicar no desinteresse por parte dos licitantes em face da estimativa de contratação de pequeno vulto de cada item de serviço especificado;
- 3 implicar em licitação deserta para determinados itens de serviços em face da demanda prevista e a pequena quantidade de serviços e fornecimentos especificados;
- 4 implicar no desinteresse por parte dos licitantes em face dos quantitativos estimados poderem ser ou não demandados no período da vigência contratual;
- 5 implicar na perda de economia de escala, tornando a contratação antieconômica.

Diante do exposto acima, solicita-se que a presente contratação seja realizada com o agrupamento dos itens contidos neste ETP.

## 11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não haverá Contratações Correlatas e/ou Interdependentes.

## 12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação foi programada no PAC 2022 - Número do Documento de Formalização da Demanda: 25/2022

## 13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Os resultados pretendidos com a contratação são:

Proporcionar condições plenas de segurança, salubridade e habitabilidade ao edifício;

Proporcionar condições sanitárias satisfatórias para a saúde dos colaboradores internos.

Proteger o patrimônio físico do MME através do controle de pragas e vetores.

## 14. Providências a serem Adotadas

Até o presente momento não se verifica providência adicional a ser tomada que não tenha sido discriminada neste documento.

## 15. Possíveis Impactos Ambientais

Os possíveis impactos ambientais serão mitigados por meio dos critérios estabelecidos neste Estudo Técnico Preliminar além daqueles a serem dispostos no Termo de Referência, que estabelecem que a empresa contratada deverá pautar-se pelo desenvolvimento sustentável, realizando procedimentos que priorizem a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologia e materiais, que reduzam o impacto ambiental no meio ambiente, descartando os resíduos sólidos provenientes dos serviços de conformidade os normativos legais relativos à proteção ambiental, quer sejam federais, estaduais ou municipais, responsabilizando-se a contratada por quaisquer penalidades decorrentes de sua inobservância.

## 16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 16.1. Justificativa da Viabilidade

Não se vislumbra nenhum óbice a contratação do objeto deste ETP, visto ser uma necessidade imperiosa e que foi devidamente planejada em 2022.

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**IELAYNE MARIA DA SILVA**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 06/11/2023 às 10:27:15.*

Despacho: ...

**ALVANIR DA SILVA CARVALHO**

Coordenador



*Assinou eletronicamente em 20/12/2023 às 14:24:36.*